

Luta é contra preços

Delfim Netto terá nova reunião com empresários esta semana

O ministro Delfim Netto, do Planejamento, reúne-se esta semana — provavelmente terça-feira, às 15h30min — com mais um grupo de empresários. É o terceiro encontro consecutivo. Desta vez, com 18 representantes da iniciativa privada ligados à áreas de metalurgia de não-ferrosos e de mineração. Delfim Netto voltará a pedir à classe empresarial que não aumente os preços nesse período de reativação da economia. Há, na área econômica do Governo uma manifesta preocupação com o comportamento dos preços, que, conforme admitem alguns técnicos, já estaria fugindo do controle estatal e colocando assim em risco as metas de redução da inflação.

Técnicos do Ministério do Planejamento não escondem, aliás, a sua grande preocupação com relação à inflação deste mês. É que para se reduzir a inflação anual — pelo décimo quinto mês consecutivo — é preciso que a taxa mensal de junho fique abaixo de 4,5 por cento, que foi o percentual registrado em junho do ano passado. O próprio secretário Especial de Abastecimento e Preços, Júlio César Martins, disse, ao comentar, quarta-feira passada, a inflação de 6,1 por cento registrada em maio, que “a batalha será muito dura”.

É cada vez mais evidente, na Secretaria de Planejamento da Presidência da República, a preocupação com o recrudescimento dos pre-

ços e é por isso que o ministro Delfim Netto tomou a iniciativa, há cerca de duas semanas, de retomar uma série de encontros com lideranças da iniciativa privada — série iniciada em meados do ano de 1980. Ele está pedindo cautela “na recuperação do espaço perdido no ano passado”.

Apesar das perturbações que alguns aumentos de preços vêm provocando, é o caso principalmente do óleo de soja, pão francês e dos serviços pessoais), o secretário da SEAP garante que as autoridades econômicas não pensam em reenquadrar alguns setores de atividades no sistema de controle de preços exercido pelo CIP (Conselho Interministerial de Preços), para reduzir as tensões inflacionárias. Mas ele observa, com ênfase, que vários aumentos injustificados “precisam ser melhor verificados”, ou seja, examinados pelo governo.

Alguns economistas, entretanto, acham que o próprio governo é culpado por grande parcela dos movimentos inflacionários, como, por exemplo, ao criar uma contribuição de 0,5 por cento para o Finsocial, ao reajustar em níveis considerados altos os valores dos aluguéis e das prestações da casa própria ou ao aumentar os preços das tarifas de energia elétrica, quando o seu consumo vem caindo. Para os economistas, essa parte da inflação é inerente ao ajustamento da atual política econômica do Governo,

anunciada pelo ministro Delfim Netto no dia 4 de novembro de 1980, que fixou a correção monetária como indexador da economia do País.

CADERNETAS

O recrudescimento dos preços a fixação dos reajustes mensais da correção monetária abaixo da evolução da inflação, o que vem impedindo o ajuste real do valor do dinheiro, é um dos mais novos problemas para o governo, na opinião de alguns dos seus técnicos e de economistas do setor privado.

Essa nova situação começa a adquirir contornos graves. Para os meses de maio, junho e julho, o governo fixou uma correção de 5,5 por cento no valor das Obrigações Reajustáveis do Tesouro Nacional (ORTN). Entretanto, a inflação de maio, anunciada quarta-feira, se situou em 0,6% acima dos 5,5 do reajuste da correção monetária daquele mês o que é indicativo de ameaça de que a inflação vai ganhar da correção monetária do segundo trimestre do ano (já ganhou no primeiro trimestre); o que certamente fará com que os aplicadores em caderetas de poupança iniciem uma corrida para sacar os seus depósitos, para livrá-los da inflação. No primeiro trimestre, o investidor viu a sua aplicação perder por 4,31 pontos percentuais para a taxa de inflação do período.